

# Sexualidade e educação sexual nos cursos de licenciatura em pedagogia: um eixo formativo desafiador

Sexuality and sexual education in pedagogy degree courses: a challenging training axis

Sexualidad y educación sexual em las carreras de pedagogía: um eixo formativo defiante

**Aline Malagi**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4365-4253>

**Iône Inês Pinsson Slongo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2103-0896>

**Resumo:** Trata-se de estudo que abordou as relações entre formação de Pedagogos/as e Educação Sexual. Teve o objetivo de analisar o modo como os cursos de Licenciatura em Pedagogia concebem e orientam a formação docente, visando a abordagem da Sexualidade como uma demanda fundamental da formação humana a ser realizada nos espaços educacionais. O tema é complexo, multidimensional e necessita ser adequado à fase de desenvolvimento dos educandos, portanto, os docentes necessitam de formação inicial e continuada. O estudo é parte de uma pesquisa mais ampla (Malagi, 2020), de abordagem qualitativa (Flick, 2009; Minayo, 2016), do tipo bibliográfica e documental e analisou os currículos dos 118 cursos de Licenciatura em Pedagogia ofertados por 93 Universidades Públicas Federais brasileiras. Buscou pelos componentes curriculares (CCRs) ligados à formação docente para a abordagem da Sexualidade e Educação Sexual na infância. O estudo explicitou dados relevantes que permitiram inferir sobre a influência positiva das políticas curriculares recentes sobre a formação de pedagogos/as, no sentido de promover o estudo da temática e temas afins, nos cursos de Licenciatura em Pedagogia. Além disto, os dados justificam fortemente a inclusão desta temática em uma agenda nacional de pesquisa sobre a formação docente para os anos iniciais da escolaridade.

**Palavras-chave:** sexualidade; educação sexual; gênero. currículo; formação de professores; licenciatura em pedagogia.

**Abstract:** This study addressed the relations between the training of educators and Sexual Education. It aimed to analyze how the bachelor's degree courses in Pedagogy conceive and guide teacher training, aiming at the approach of Sexuality as a fundamental demand of human formation to be carried out in educational spaces. The theme is complex, multidimensional and needs to be suitable for the development phase of the students, therefore, teachers need initial and continued training. The study is part of a broader research (Malagi, 2020), employing a qualitative approach (Flick 2009; Minayo, 2016), based on bibliographic and documentary sources, and analyzed the curricula of the 118 bachelor's degree courses in Pedagogy offered by 93 Brazilian



Federal Public Universities. It sought for curricular components (CCRs) linked to teacher training for Sexuality education. The study made explicit relevant data that allowed to infer about the positive influence of recent curricular policies on the training of educators, in the sense of promoting the study of childhood sexuality and related topics, in the bachelor's degree courses in Pedagogy. In addition, the data strongly justify the inclusion of this theme in a national research agenda on teacher training for the early years of schooling.

**Keywords:** sexuality; sexual education; gender. curriculum; teacher training; bachelor's degree in pedagogy.

**Resumen:** Este estudio aborda las relaciones entre la formación de Pedagogos/as y la Educación Sexual. Su objetivo fue analizar cómo los cursos de Licenciatura en Pedagogía conciben y orientan la formación docente, con la finalidad de abordar la sexualidad como una demanda fundamental de la formación humana a realizarse en los espacios educativos. El tema es complejo, multidimensional y necesita adaptarse a la fase de desarrollo de los educandos, por lo tanto, los docentes requieren formación inicial y continua. Este estudio es parte de una investigación más amplia (Malagi, 2020), de enfoque cualitativo (Flick, 2009; Minayo, 2016), del tipo bibliográfico y documental, que analizó los currículos de estudio de los 118 cursos de Licenciatura en Pedagogía ofrecidos por 93 Universidades Públicas Federales brasileñas. Se buscó componentes curriculares (CCRs) relacionados con la formación docente para la Sexualidad. El estudio expuso datos relevantes que permitieron inferir sobre la influencia positiva de las políticas curriculares recientes en la formación de pedagogos/as, en el sentido de promover el estudio de la sexualidad infantil y temas afines, en los cursos de Licenciatura en Pedagogía. Además, los datos justifican fuertemente la inclusión de esta temática en una agenda nacional de investigación sobre la formación docente para los primeros años de escolaridad.

**Palabras clave:** sexualidad; educación sexual; género; plan de estudios; formación de profesores; licenciatura en pedagogía.

## 1 Introdução

A pesquisa realizada abordou a formação inicial do/a Pedagogo/a, com recorte para a Educação Sexual e o compromisso de promovê-la, desde a infância, no âmbito da educação formal. Trata-se de um estudo que reflete e analisa dados sobre a articulação de duas temáticas relevantes e imbricadas: a formação inicial de professores/as pedagogos/as e nesta, as oportunidades formativas para a abordagem da Educação Sexual em âmbito escolar.

O tema Sexualidade, enquanto um conhecimento escolar, já não pode ser negado, silenciado ou adiado para o final dos anos escolares, como o fora historicamente (Gagliotto, 2009; Lorenzi, 2017). Por sua vez, enquanto fenômeno humano, a sexualidade é parte da vida de todas as pessoas e carrega as marcas do universal e do singular, a um só tempo. Os corpos são sexuados, desde a origem e seguem leis biológicas, contudo, a sexualidade envolve um processo complexo, portador de múltiplas dimensões, que vão do individual, histórico, social, psíquico e cultural, às atitudes e simbolizações.

A escola passou, gradativamente, a ser compreendida como um espaço-tempo de vivências coletivas e, por isto, local por excelência onde as manifestações da sexualidade se explicitam e necessitam ser acolhidas, compreendidas, estudadas, orientadas e educa-

das, de modo a possibilitar que a criança se desenvolva em sua completude e de forma saudável, respeitadas suas fases de desenvolvimento. A sexualidade, por sua parte, suas manifestações e compreensões, também sofreu modificações ao longo do tempo, migrou da exclusiva existência biológica do sexo, da proibição e ocultação da sexualidade em seu sentido pleno, à sua liberação e promoção, conforme é possível observar na atualidade.

Cabe, portanto, às/aos pedagogas/os, que atendem os primeiros ciclos da educação escolar, Educação Infantil e Anos Iniciais, conhecer o tema em profundidade, isto é, compreender a sexualidade a partir de seus fundamentos biológicos, epistemológicos, psicológicos, educacionais e didático-pedagógicos, de modo a potencializar a ação pedagógica em favor do desenvolvimento humano integral, desde as primeiras idades, com vistas a uma educação cidadã.

A abordagem escolar da sexualidade faz-se necessária e não poderá dar-se de forma espontaneísta e episódica, para a qual boa vontade e afeto não são suficientes. Sem prescindir destes, outros elementos devem integrar a formação docente, que passa a ganhar prioridade, inclusive no âmbito das políticas educacionais, conforme será explicitado.

Portanto, a formação docente, inicial e continuada, vista como um importante fator para a construção da atividade curricular, ao ser construída de forma a romper preconceitos, tabus e valores negativos arraigados, contribui com as transformações no contexto escolar, no que tange à abordagem da sexualidade, bem como seus desdobramentos no sentido de ressignificar a organização curricular desde os anos iniciais de escolarização.

A pesquisa do tipo bibliográfica e documental (Minayo, 2016), com uma abordagem qualitativa (Flick, 2009; Minayo, 2016), teve como objetivo principal identificar nos PPC/PPP e matrizes curriculares dos cursos de Licenciaturas em Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras, a presença de Componentes Curriculares (CCRs), cujas ementas contemplavam o estudo da Sexualidade e Educação Sexual escolar, além de explicitar a presença da temática nos projetos formativos, sua abrangência e intensidade, bem como, analisar principais características destes CCRs. A sistematização do conjunto de dados possibilitou identificar tendências na abordagem curricular da temática Sexualidade e Educação Sexual Escolar na formação dos professores/as dos Anos iniciais do Ensino Fundamental.

Pesquisas (Ferreira, Hampel, 2013; Gomes, Soares, Souza, 2018) revelam que como reflexo de abordagens pontuais em sua formação inicial, os/as pedagogos/as pouco contribuem para a abordagem da temática na prática cotidiana. Quando os docentes com demandas relativas ao desenvolvimento da sexualidade dos alunos e, por consequência, a necessidade de abordar o tema e orientar condutas de forma adequada, orientada científica e pedagogicamente, por falta de formação, preconceitos históricos e, muitas vezes por receio da própria escola de adentrar ao tema e gerar conflito no âmbito escolar, preferem o

silêncio, sinais claros de que não receberam a formação necessária. Neste contexto, fica evidente, a necessidade de novos estudos que possam produzir e explicitar dados sobre como a Sexualidade e a Educação Sexual é concebida, estudada e orientada pelos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras, especialmente se considerarmos o currículo como um elemento de mediação entre sujeitos no âmbito escolar e, neste contexto, um elemento vivo, que está em constante processo de construção, fomentado pelas políticas educacionais.

## **2 A educação sexual escolar e a formação inicial de professores**

A efetivação da Educação Sexual na escola está restrita, em boa medida, embora não exclusivamente, à formação que os docentes receberam e recebem em sua formação inicial e continuada, pois, compreender a sexualidade e abordá-la em espaços formais de educação, pressupõe compreender seus fundamentos biológicos, epistemológicos, psicológicos, educacionais e didático-pedagógicos. Portanto, este também é um importante desafio para os cursos de Licenciatura em Pedagogia: potencializar a ação pedagógica em favor do desenvolvimento humano integral, desde as primeiras idades, o que pressupõe a inclusão da Educação Sexual no projeto curricular.

Convém explicitar brevemente o entendimento que orientou a presente pesquisa em termos de formação docente para a Educação Sexual, assunto que tem gerado inquietações ao contexto acadêmico nas últimas décadas. Assim, nos valemos da definição de García (1999, p. 26), sobre a formação de professores:

[...] formação de professores é a área de conhecimentos, investigação e de propostas teóricas e práticas que, no âmbito da Didáctica e da organização Escolar, estuda os processos através dos quais os professores – em formação ou em exercício – se implicam individualmente ou em equipa, em experiências de aprendizagem através das quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposições, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola, com o objectivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem.

A formação inicial de professores é concebida como aquela que proporciona conhecimentos básicos e específicos, indispensáveis à prática pedagógica em determinada área do conhecimento. Tem como intenção embasar teórico e cientificamente o professor, a partir de uma compreensão sobre a complexidade do fenômeno educativo e dos objetos em estudo. Isso inclui seus sistemas e suas relações de trabalho, aliadas à cultura didático-pedagógica do seu tempo (Leão, 2009).

Enquanto atividade humana, a formação de professores amparou-se ao longo da história, por diferentes perspectivas, estas, portadoras de diferentes concepções de mundo, de conhecimento, de sociedade, de formação, dentre outras, que acabam por definir a formação humana almejada. Nesse sentido, Kuenzer (1999, p. 166) afirma não existir

[...] um modelo de formação de professores a priori, mas modelos que se diferenciam, dadas as concepções de educação e de sociedade [por isso] as demandas de formação de professores respondem a configurações que se originam nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, nas relações sociais e as configurações oriundas das diferentes posições que são assumidas em relação aos projetos apresentados pelo grupo que ocupa o poder, a partir de determinada correlação de forças.

A permanente construção do currículo da formação inicial de professores não constitui tarefa fácil. Pressupõe o compromisso com a formação dos sujeitos envolvidos, não se reduzindo à mera mudança na configuração curricular do curso, no elenco e distribuição de Componentes Curriculares (CCRs) ou na escrita de um belo projeto. Tudo isso é fundamental, mas, enquanto desdobramentos de compromissos políticos e educacionais que lhes são subjacentes e orientadores da formação humana almejada.

O currículo é uma construção histórica, social e cultural, de natureza coletiva e conectada aos condicionamentos políticos, econômicos, sociais e culturais do seu tempo. Não é, pois, algo produzido no vazio, “não é algo neutro, universal e imóvel, mas um território controverso e mesmo conflituoso a respeito do qual se tomam decisões, são feitas opções e se age de acordo com orientações que não são as únicas possíveis” (Sacristan, 2013, p. 23).

Nesta direção, Tardif (2002) assinala quatro tipos de saberes necessários ao processo formativo/profissional dos docentes: (1) os saberes oriundos da Formação Profissional, contemplados pelas ciências da educação e pedagogia; (2) os saberes disciplinares, também denominados de científicos, adquiridos na formação inicial e contínua, a partir das diferentes teorias e do acúmulo de conhecimentos historicamente construídos; (3) os saberes curriculares relacionados, principalmente, aos programas das escolas nas quais o professor atua, aos currículos nacional e estadual; (4) os saberes experienciais e pessoais, desenvolvidos pelos docentes na ação educativa, bem como, aqueles herdados do âmbito familiar, da cultura, do contexto onde viveram e das suas experiências enquanto cidadãos.

Os saberes profissionais dos professores relacionam-se com os conhecimentos sociais que são partilhados entre os membros de um mundo social, e os alunos estão circunscritos dentro dessa realidade social. Notadamente, como afirma Tardiff (2002), cabe ao professor o conhecimento sobre as manifestações do saber-fazer e do saber-ser, pois, no

próprio exercício do trabalho docente surgem conhecimentos bastante diversos, de fontes variadas e, porque não dizer, de fontes diferentes.

Sabemos que a Sexualidade e a Educação Sexual são temáticas complexas, que historicamente têm enfrentado o paradoxo de se mostrar necessária à formação integral dos educandos e, ao mesmo tempo, de não encontrar espaço nos projetos curriculares e propostas pedagógicas que têm como foco a educação e o desenvolvimento infantil (Ferreira, Hampel, 2013; Gomes, Santos, 2016; Soares, Souza, 2018).

Movimentos inovadores nesta direção, dos currículos escolares para a infância, notadamente nos anos iniciais, podem ser identificados a partir nas primeiras décadas século XX, quando houve as primeiras discussões em favor da implantação da Educação Sexual escolar, evoluindo para inclusão do estudo sobre Sexualidade Educação Sexual nas primeiras idades escolares a partir da promulgação dos PCN's, em 1997, e a importância da discussão se fazer presentes nos cursos de formação inicial e continuada de professores. Atualmente, infelizmente, a BNCC, em vigor desde o final de 2017, novamente o tema perde espaço curricular.

Assim, a inserção das questões que englobam a sexualidade nos cursos de formação inicial (e/ou continuada) de professores foram transformadas em intencionalidades formativas, assumindo um espaço-tempo curricular, com respectivos desdobramentos no projeto didático-pedagógico do curso. Ou seja, é dentro de uma abordagem profissional, orientada científica, epistemológica, psicológica e educacionalmente, que podemos contribuir de modo significativo, para que os docentes Pedagogos/as assumam o compromisso de educar sexualmente os estudantes.

Nesta direção, Silva (2004b) e Mokwa (2014) asseveram que sem uma formação inicial e continuada sobre a Sexualidade, os efeitos esperados sobre as práticas na abordagem da Educação Sexual como um componente curricular, não serão alcançados. Trata-se de um conteúdo profissional, revestido de complexidade e que necessita ser abordado no âmbito da formação inicial e prosseguir na formação continuada, pois, é na formação continuada que se tem como foco a abordagem da prática do professor e o trabalho com as problemáticas que ele detecta no seu cotidiano profissional.

Para Figueiró (2006), o conhecimento sobre o comportamento biopsicossexual dos sujeitos é fator imprescindível para que a Sexualidade seja colocada na pauta dos conhecimentos necessários para a formação emancipatória dos indivíduos. No entanto, pesquisas como as de Petrenas (2015) e Souza (2018), chamam a atenção para o fato de que nos cursos de formação inicial de professores em nível superior, em sua maioria, não são oportunizados espaços de discussão sobre a temática das dimensões da Sexualidade e as implicações na prática pedagógica, uma vez que os currículos não contemplam tal temática de forma abrangente. Nesta mesma direção, da formação de professores, Gonini (2014)

e Costa (2017) alertam que mesmo que exista uma preocupação dentro dos cursos de formação docente para a abordagem da temática da Educação Sexual escolar, estas têm se configurado como insuficientes, argumento que vai ao encontro do que dizem outras pesquisas sobre a formação continuada de professores<sup>1</sup>.

Sem ter a ingênua pretensão de atribuir à formação docente a solução de todas as dificuldades implicadas na Educação Sexual em âmbito escolar, esta tem sido vista, como foi possível explicitar, como uma importante chave da atividade curricular, com significativas contribuições ao rompimento de preconceitos, tabus e valores negativos herdados, ainda arraigados na cultura em geral e escolar, de modo específico. As transformações no contexto escolar, no que tange à abordagem das temáticas Sexualidade e Educação Sexual, bem como seus desdobramentos, necessitam ressignificar sua presença curricular, desde os anos iniciais de escolarização até a universidade, compromisso que demanda formação profissional dos educadores.

Se pensarmos que a finalidade maior da educação sexual é contribuir para que o educando possa viver bem a sua sexualidade, de forma saudável e feliz e, ao mesmo tempo, contribuir para que ele esteja apto a participar da transformação social, em todas as questões ligadas direta ou indiretamente à sexualidade, podemos concluir que o professor que ensina sexualidade, de forma humanizadora, está sendo um mediador de esperanças e projetos de vida (Figueiró, 2006, p.17).

Outro ponto que merece destaque é que, mesmo com a previsão legal, em documentos oficiais que orientam a inclusão da Educação Sexual, desde a mais tenra infância até formação inicial e continuada de professores, isto não tem assegurado a implementação/efetivação de uma Educação Sexual emancipatória, que perpassa todos os campos da escola e se constitui em uma prática pedagógica transformadora, de valorização e conscientização sobre a importância da abordagem da temática pelos docentes e demais profissionais inseridos no processo de escolarização. Este cenário só começará a se modificar com a oferta da temática na formação inicial dos docentes da educação básica.

[...] a educação sexual deve ser um componente fundamental nos currículos de formação de professores, de modo que o educador seja preparado para ter uma ampla informação sobre a sexualidade historicamente construída, sobre a psicosexualidade infantil, sobre as etapas dos desenvolvimentos sócio-emocionais das crianças, de forma a elevar o padrão social e cultural da compreensão da sexualidade (Sousa, 2018, p. 4).

---

<sup>1</sup> Ver Ferreira (2013); Hampel (2013); Santos (2016); Lorenzi (2017); Souza (2018).

Há mais de duas décadas, Nunes e Silva (1999), já abordaram intensamente as dificuldades que os professores apontam em relação à abordagem da temática traduz, além de outros fatores, a ausência deste conteúdo formativo nos projetos pedagógicos que subsidiam a formação inicial de docentes. Acrescentam, ainda, que a educação repressora a que foram submetidos em sua construção enquanto sujeito bio-psicossocial é outro fator que dificulta a abordagem e o esclarecimento das questões relativas à sexualidade dos escolares, que possam emergir no cotidiano escolar.

Tratar da sexualidade na escola requer o alicerce de uma concepção científica e humanista desta sexualidade, superado o senso comum, que é o nível primário do conhecimento social. Somente por uma abordagem histórica e cultural sobre a construção da sexualidade humana, fundamentada por uma rigorosa compreensão científica do desenvolvimento psicossocial da criança, podemos analisar as manifestações da sexualidade infantil na escola (Nunes, Silva, 2001, p. 74).

Fica claro, portanto, que muito ainda precisa ser feito para que a Educação Sexual se constitua efetivamente como um componente curricular na formação inicial e/ou continuada destes profissionais, bem como, para que a Educação Sexual escolar concretamente se constitua como direito dos estudantes e em componente fundamental à educação para a cidadania.

A Sexualidade é indissociável da condição humana e por isso está presente em todos os espaços ocupados pelos seres humanos, inclusive nos espaços escolares, onde já não pode mais ser negada, silenciada ou postergada. Portanto, receber formação para a adequada promoção da educação sexual no espaço escolar, é um direito de todos os professores da Educação Básica, notadamente no que toca o presente estudo, um direito dos Pedagogos e Pedagogas.

Particularmente aos/as pedagogos/as cabe compreender em profundidade a sexualidade da criança e do adolescente, em sua perspectiva multidimensional; conhecer e compreender os elementos didáticos e metodológicos envolvidos, adquirir sensibilidade e a linguagem adequada para melhor comunicar-se com as crianças, compreender, interpretar e orientar adequadamente as manifestações da sexualidade infantil na escola. Ou seja, é somente desta forma, com formação consistente, que o professor poderá contribuir para romper com paradigmas ligados à sexualidade que estão arraigados a questões culturais, morais e religiosas repressivos e depreciativos, que historicamente habitaram o ambiente escolar e dificultaram a promoção de um trabalho de Educação Sexual escolar emancipatório.

Acreditamos que a formação ofertada aos professores, deva apontar para a necessidade de novos métodos e metodologias mais participativas, onde o aluno deixa de ser

apenas um objeto e passa a ser o objetivo das ações destes profissionais. É a partir dessa tomada de consciência que o educador poderá conduzir um trabalho de Educação Sexual escolar que, ao perpassar toda a prática educativa, a partir de uma ética sexual, que prima pela consciência crítica e pela autonomia do ser, que elege seus valores e faz da sua Sexualidade um elemento de emancipação humana.

### 3 Licenciatura em pedagogia: sexualidade e educação sexual

A busca pelos Componentes Curriculares (CCRs), cujo título ou ementa versava sobre Sexualidade e da Educação Sexual, abrangeu todas as Universidades Públicas Federais brasileiras em que a Licenciatura em Pedagogia era ofertada. O primeiro instrumento utilizado para a identificação das Universidades foi o Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP (2019)<sup>2</sup>. Também foram utilizados outros canais de busca de dados complementares como sítio do e-MEC<sup>3</sup> e os endereços eletrônicos (*sites*) das Universidade Públicas Federais brasileiras<sup>4</sup> presentes no recorte empírico. Seguindo este percurso foram identificadas 107 Universidades Públicas Federais brasileiras e 93 cursos de Licenciatura em Pedagogia. A pesquisa exploratória realizada nestes bancos de dados teve início em julho de 2019, se estendendo até maio de 2020.

No conjunto das 107 Universidades, identificamos que (N=93/87%) ofertam o curso de Licenciatura em Pedagogia. Portanto, integraram o foco da presente pesquisa (N=93) cursos de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade presencial, ofertados por Universidades Públicas Federais.

No entanto, durante a busca nos *sites*, destas (N=93) Universidades, constatamos que algumas destas instituições, além da oferta do curso na **modalidade presencial**, algumas também o ofertavam na **modalidade Educação a Distância (EAD)**<sup>5</sup>. Com esta característica foram localizados mais (N=25) cursos, que passaram a integrar o *corpus* da

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 16 de agosto de 2020.

<sup>3</sup> O e-MEC foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o reconhecimento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente (<http://emec.mec.gov.br/>).

<sup>4</sup> Acesso em 20 a 30 de julho de 2020.

<sup>5</sup> A oferta de cursos à distância já estava prevista no Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mais foi a partir do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 que EAD tem crescido no país (Brasil, 1996, 2005).

pesquisa, totalizando (N=118) cursos de Licenciatura em Pedagogia ofertados pelas Universidades Públicas Federais, sendo (N=93/79%) cursos com oferta presencial e (N=25/21%) com oferta EAD.

Na sequência buscamos identificar o número de cursos, em ambas as modalidades, presencial e EAD, com e sem oferta de CCRs que abordam a Sexualidade e Educação Sexual escolar em seus PPC/PPP.

Observou-se que (N=64/54,2%) cursos ofertam CCRs, sendo que (N=55/86%) correspondem a cursos presenciais e (N=9/14%) são EAD. Referente aos (N=54/45,8%) cursos que não tem a oferta de CCRs, observou-se que (N=38/70,4%) são cursos presenciais e (N=16/29,6%) são EAD.

A busca de informações sobre CCRs que abordam a Sexualidade e Educação Sexual foi realizada a partir de 2006, período em que se inicia a defesa legal da necessidade de inserção de CCRs sobre temas imbricados na temática da Sexualidade, a partir da promulgação da Resolução CNE/CP nº 1/2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Brasil, 2006). Nesta etapa, buscou-se pelos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) ou Propostas Pedagógicas Curriculares (PPC) dos cursos que compuseram o *corpus de análise*.

Na sequência, buscamos pelos CCRs com foco na temática Sexualidade e Educação Sexual escolar, nos PPPs ou PPCs. Foram utilizados neste processo, os seguintes termos de busca: sexualidade; educação sexual, gênero; diversidade sexual. Com estes critérios de inclusão/exclusão, foram identificados 125 CCRs, que foram lidos na íntegra, cuja leitura articulada da nomenclatura do CCR, objetivos, ementa e bibliografia, possibilitou identificar sua relação direta ou indireta com o tema em foco. Este exercício levou-nos a selecionar 103 CCRs, relativos à temática da Sexualidade e Educação Sexual, ofertados pelos cursos de Pedagogia, os quais passaram a integrar o *corpus* da presente pesquisa. Isto é, cerca de 82,4% do conjunto dos 125 CCRs inicialmente identificados, ofertados no período entre 2006, ano que foi identificado o primeiro CCR sobre o tema e 2019, quando encerramos nossa coleta.

A partir do conteúdo dos CCRs, em seus elementos já explicitados, adentramos às especificidades dos 103 CCRs selecionados. Optamos por trabalhar com as categorias que foram emergindo ao longo do estudo, as quais foram delineadas na medida em que a investigação avançava, notadamente a partir de suas singularidades e/ou recorrências, em alinhamento com os referenciais teóricos eleitos. Deste procedimento resultaram as seguintes categorias de CCRs: Gênero, Educação Sexual, Currículo e Formação de Professores.

A pesquisa desenvolvida revelou a significativa ausência de oferta de CCRs que abordam a temática em (N=54) cursos. O dado é relevante, pois mostra uma lacuna significativa que ainda persiste a despeito das políticas educacionais vigentes e favoráveis à

inclusão do tema na formação de professores ou dos resultados de pesquisas que, incisivamente e de longa data, apontam a importância e necessidade deste elemento formativo nos cursos de Licenciatura, em especial na Pedagogia. Um dos fatores que pode contribuir para produzir esta realidade, conforme apontam alguns estudos (Ferreira, Hampel, 2013; Gomes, Santos, 2016; Soares, Souza, 2018), mostra-se associado à ausência de formação dos próprios docentes formadores dos cursos de licenciatura. Ou seja, assim como a ausência de estudos sobre a Sexualidade e Educação Sexual na formação inicial do/a Pedagogo/a afeta os currículos da Educação Básica, a falta de formação dos próprios professores universitários impacta na priorização e oferta do tema nos currículos dos cursos de formação de professores em Nível Superior.

O fato de que, aproximadamente, metade dos cursos de Pedagogia ofertados pelas Universidades Públicas Federais do país ainda silenciem quanto à oferta de formação teórico-científica e didático-pedagógica voltada à Sexualidade e Educação Sexual em suas matrizes curriculares, instigou-nos a identificar o quantitativo de Pedagogos/as egressos destes cursos, com e sem formação. O dado permite uma visão, ainda que inicial, do provável impacto da ausência na formação inicial dos docentes, com reflexo na formação que irão promover nos respectivos espaços educacionais. Houve recorte para as universidades participantes deste estudo e para o ano de 2018. Os dados estão apresentados na Tabela 1.

**Tabela 1** – Pedagogos/as formados/as no ano de 2018 pelas Universidades Públicas Federais Brasileiras com e sem formação sobre Sexualidade e Educação Sexual escolar.

<b>Concluintes</b>	<b>Curso de Licenciatura Presencial</b>	<b>%</b>	<b>Curso de Licenciatura EAD</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Com formação</b>	3.671	41,7%	1.082	12,3%	4.753	54%
<b>Sem formação</b>	3.127	35,5%	921	10,5%	4.048	46%
<b>Total</b>	6.798	77,2%	2.003	22,8%	8.801	100%

Fonte: Adaptação INEP, 2019.<sup>6</sup>

Os totais obtidos em ambas as modalidades formativas dão conta de que, dos/as (N=8.801) pedagogo/as formados pelas Universidades Públicas Federais no ano de 2018, pouco mais da metade, (N=4.753/54%), tiveram a oportunidade de cursar pelo menos um CCR que aborda a Sexualidade e suas implicações no campo educacional. Seguem alheios a esta importante formação, em âmbito curricular, uma parcela significativa de Pedagogos/as (N=4.048/46%). Os dados são relevantes e desafiam os estudos sobre o currículo e

<sup>6</sup> Tabela organizada pela autora com base nos dados dos PPP ou PPC dos cursos e do Censo da Educação Superior 2018.

cumprimento das políticas públicas de modo a tornar uma prioridade formativa o estudo da sexualidade e da educação sexual, que na formação inicial e continuada de docente, quer na educação sexual escolar da infância.

Tomando como base o ano de 2006, quando foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia/DCNCP (Brasil, 2006), observamos, conforme Tabela 2, que os espaços curriculares de formação sobre a temática da Sexualidade e da Educação Sexual surgiram lentamente, tendo sido ampliados ao longo dos 13 anos analisados. As regiões Sudeste e Nordeste se destacam no cenário nacional quanto ao quantitativo de oferta de cursos de Licenciatura em Pedagogia, conseqüentemente, esta liderança também é percebida na oferta de CCRs que abordam a temática foco deste estudo.

**Tabela 2** – Quantitativo de CCRs que abordam a temática da Sexualidade e da Educação sexual ofertados pelas IES de cada região do país.

Região	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total	%
Nordeste	2	2	0	0	5	6	5	1	2	0	1	1	3	6	34	28
Sudeste	0	0	7	0	3	1	1	0	4	2	5	4	7	2	36	28,8
Sul	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	3	0	15	2	22	16,8
Norte	0	3	0	2	1	0	0	0	1	0	1	1	7	3	19	15,2
Centro-Oeste	0	0	1	1	0	0	0	0	2	1	0	1	5	3	14	11,2
Total	2	5	8	5	9	7	6	1	9	3	10	7	37	16	125	100

Fonte: Adaptação PPP e/ou PPC dos cursos, 2019.<sup>7</sup>

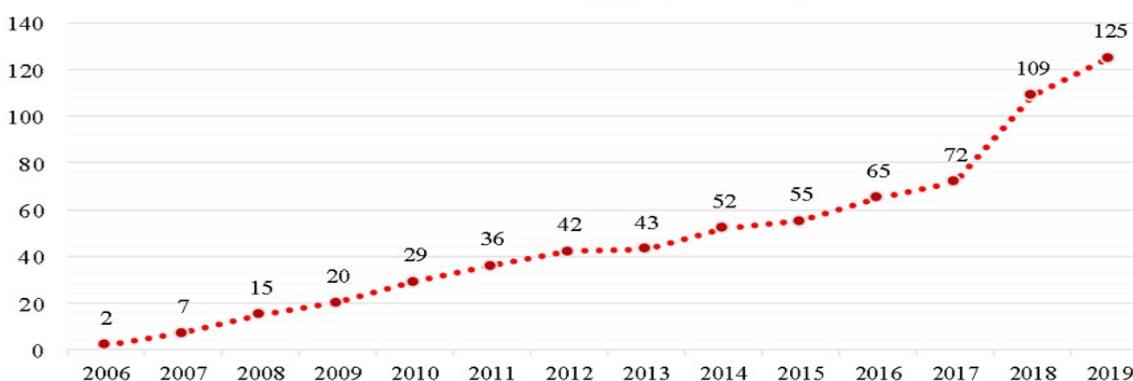
Ficou evidente a presença escassa de CCRs ao longo dos primeiros 10 anos de vigência das DCNCP (2006-2016), uma vez que, o texto prevê que o estudante deve “demonstrar consciência” de temas relacionados as discussões de gênero e orientações sexuais. Neste período, em nenhuma das regiões do país houve oferta sistemática de CCRs, embora boas iniciativas possam ser identificadas, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste. Por outro lado, a presença regular e com certa tendência ao crescimento pode ser observada em IES de todas as regiões do país, quando a Resolução N.º. 2/2015 (Brasil, 2015) trouxe fortes e explícitos indicativos sobre a necessidade de inclusão das temáticas de Sexualidade e Educação Sexual nos currículos dos cursos de formação de professores, conseqüentemente, de todos os cursos de Licenciatura, incluindo a Pedagogia, foco da presente pesquisa.

<sup>7</sup> Tabela organizada pela autora, a partir dos dados dos PPP e/ou PPC dos cursos.

O crescimento registrado ao longo do período mostra a mobilização das Licenciaturas em Pedagogia, no sentido de atender a esta importante demanda e orientação da legislação educacional brasileira, que regulamenta e induz a inserção de novos conteúdos formativos na formação inicial de professores, conforme apresentado na seção anterior.

Historicamente, sabe-se que os cursos de formação de professores, em especial o Curso de Pedagogia, *locus* privilegiado para a discussão da temática da Sexualidade e da Educação Sexual escolar, não contemplou em seus currículos tal formação, deixando uma lacuna histórica na formação neste âmbito (Hampel, 2013; Ferreria, 2013; Soares, 2018, Souza, 2018). No entanto, os dados apresentados anteriormente, demonstram que houve uma mudança significativa neste cenário a partir da implementação das DCNCP/2006 (Brasil, 2006) e a Resolução CNE/CP nº 2/2015 (Brasil, 2015).

**Gráfico 1 – Evolução da oferta de CCRs que abordam Sexualidade e Educação Sexual no Curso de Pedagogia (2006 a 2019)**



Fonte: Gráfico organizado pela autora com base nos dados localizados nos PPP/PPC dos cursos de Pedagogia<sup>8</sup>.

Os efeitos positivos destas políticas e a presença cada vez mais efetiva de CCRs relacionados à Sexualidade podem ser observados no Gráfico 1. Conforme já foi apontado, em 2015 foram instituídas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura), como também, para a formação continuada (Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015) (Brasil, 2015). A Resolução CNE/CP nº 2 de 2015 (Brasil, 2015), orienta que os processos formativos docentes, de forma explícita, necessitam incluir a temáticas Sexualidade e Educação Sexual nos currículos de todos os cursos de formação de professores, consolidando assim, a “[...] educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras (Brasil, p. 6, 2015).

<sup>8</sup> Gráfico organizado pela autora, a partir dos dados dos PPP e/ou PPC dos cursos.

Como é possível observar, a trajetória histórica dos cursos de Licenciatura em Pedagogia, em termos de adesão curricular ao estudo da Sexualidade e Educação Sexual, mostrou-se como um fenômeno positivo. Houve um crescimento expressivo na oferta de CCRs com foco na temática (6.150%) em 13 anos, quando passou de 2 para 125 CCRs ofertados pelo conjunto de 64 cursos de Licenciatura em Pedagogia. Esse crescente, gradativo e contínuo da oferta de CCRs, com expressão nos últimos três anos, tem como indutores um conjunto de fatores, além das políticas educacionais.

Contudo, sabemos que as escolas já estão trabalhando no sentido de implementar as orientações curriculares previstas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017), em vigor desde o final de 2017. Conforme análises críticas ao documento (Lorenzi, 2017; Junior, 2018; Gusmão *et al*, 2019) sabe-se que este, a despeito da resistência de educadores, pesquisadores, entidades representativas do setor educacional e científico, em sua versão final, contempla o tema apenas no final no Ensino Fundamental II.

De outro lado, decorre da implementação da BNCC, a revisão e readequação dos PPP/PPCs dos cursos de formação de professores, conforme Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. O Documento define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Uma análise mais detalhada mostra que, inclusive neste âmbito, a Resolução excluiu os temas relacionados à Gênero e Sexualidade como se apresentava na Resolução CNE/CP nº 2/2015, assim como o fez o texto final da BNCC (Brasil, 2017). Assim, cabe um questionamento: em que medida estas novas legislações podem impactar na oferta de CCRs sobre a temática nos Cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras?

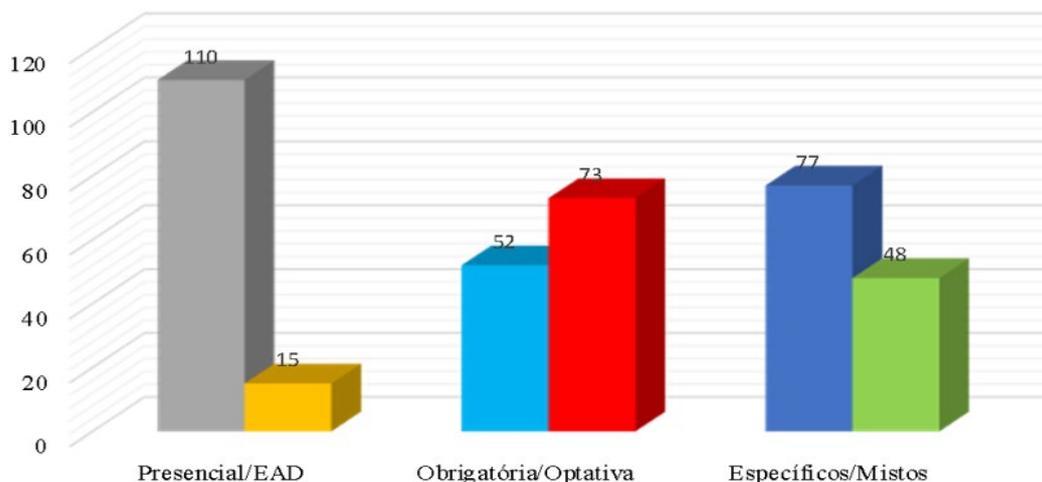
Quanto à modalidade de CCRs ofertado, é importante situar que foi com a reforma universitária de 1968, Lei nº. 5.540/68 (Brasil, 1968), que os CCRs optativos e eletivos passaram a compor o cenário da educação superior nacional, momento em que foi instituído o regime de matrícula “disciplinar”. Até então, as IES ofertavam um regime seriado, em que os currículos dos cursos de graduação eram compostos por um rol de “disciplinas” exclusivamente obrigatórias. Esta organização curricular *disciplinar* foi reafirmada com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia/DCNCP/2006 (Brasil, 2006), que orientaram para a oferta das duas categorias de CCRs: obrigatórios e optativos. Os CCRs obrigatórios compõem o núcleo básico comum prefixado, que deve ser cursado com assiduidade e aproveitamento para a conclusão do curso, são comuns a todos os alunos, devendo ser cursadas na sequência estabelecida pelo currículo do curso. Os CCRs optativos são de livre escolha do aluno dentre um conjunto de CCRs ofertados pelo curso, a fim de propiciar uma diversidade de conhecimentos que complementem a forma-

ção profissional, numa determinada área ou subárea de conhecimento. Os CCRs optativos podem ser modificados a qualquer momento, no entanto, devem constar no currículo do curso, na respectiva fase em que será cursado. Há ainda, a obrigatoriedade por parte do aluno, de cumprir com determinada carga horária, assiduidade e aproveitamento.

Portanto, a estrutura do curso de Pedagogia, ao respeitar a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, oferece um núcleo de estudos básicos, um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e um núcleo de estudos integradores, que proporcionará enriquecimento curricular ao graduando (Brasil, 2006). Nesse sentido, considerando ditas estas orientações, buscamos identificar a natureza dos CCRs que abordam a temática da Sexualidade e Educação Sexual escolar nos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras, cotejando estes dados com a modalidade de formação oferecida, presencial ou à distância, a natureza dos CCRs, obrigatórios ou optativos, e do conteúdo selecionado e sua relação com a temática foco, específico ou misto, conforme a ênfase.

Deste modo, considerando as categorias de CCRs citadas, o cenário nacional de oferta destes na formação inicial dos Pedagogos/as está representado no Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Natureza dos 125 CCRs que compõem o corpus da pesquisa**



Fonte: Gráfico organizado pela autora com base nos dados localizados nos PPP e/ou PPC dos cursos<sup>9</sup>.

Foi observado que (N=110/88%) CCRs são ofertadas pelos cursos presenciais e apenas quinze (N=15/12%) pelos cursos na modalidade EAD. Aqui é importante fazer uma ressalva e lembrar que a oferta de cursos presenciais é expressivamente maior em relação a oferta de cursos EAD nas Universidades Públicas Federais Brasileiras e que, histórica-

<sup>9</sup> Gráfico organizada pela autora, a partir dos dados dos PPP e/ou PPC dos cursos.

mente, conforme já apresentado, a oferta de cursos EAD em nosso país acontece majoritariamente em IES de natureza jurídica particular.

O dado que parece solicitar mais atenção é a oferta de CCRs optativos (N=73/58%) ser superior à oferta de CCRs obrigatórios (N=52/42%). Conforme já caracterizamos, os CCRs optativos são de livre escolha do aluno e não há dados sobre a real oferta dos CCRs que assim se configuram. Assim, cabe a continuidade deste estudo, no sentido de investigar: qual a efetiva oferta e ocorrência destes 73 CCRs optativos? Qual o interesse dos licenciandos quanto a estes CCRs? Que dificuldades enfrentam os cursos de Licenciatura em Pedagogia na oferta destes CCRs? Na voz de docentes e discentes, que impacto esta oferta tem gerado na formação e atuação dos/as pedagogos/as?

A partir do conteúdo ofertado em cada CCR, estes foram categorizados em dois grupos: aqueles que denominamos de CCRs de conteúdo específico, cujo conteúdo estruturante relaciona-se à diferenciação de sexo como marca biológica, sexualidade, elementos históricos e sociais da construção destes conceitos, gênero e orientação sexual, papéis sexuais, infância e desenvolvimento sexual em interface com a docência, entre outros. Um segundo grupo foi composto por CCRs de conteúdo misto, isto é, aqueles em que os conteúdos relativos a sexo, sexualidade e sua abordagem em âmbito escolar não compõem o ementário de forma exclusiva ou prioritária, mas, compartilhada com outras temáticas de interface com esta, tais como: Direitos Humanos, Movimentos Sociais, Psicanálise, Diversidade, Ciências Naturais, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Sociologia, Literatura, Antropologia, dentre outros.

Notou-se que pouco mais de metade dos 64 cursos analisados (N=32/50%) ofertam CCRs de conteúdo específico, enquanto 20 cursos (N=20/31%) ofertam CCRs de conteúdo específico e misto simultaneamente. Por fim, 12 cursos (N=12/19%), ofertam apenas CCRs de conteúdo misto, cujo conteúdo de forma transversalizada a outras áreas do conhecimento versa sobre Sexualidade e Educação Sexual escolar.

Nesse sentido, observou-se que prevalece a oferta de CCRs de conteúdo específico, (N=77/61,6%) em relação a (N=48/38,4%) de conteúdo misto. Isto significa que a oferta de CCRs pelos cursos tem se configurado em sua maioria como CCRs que versam especificamente sobre Sexualidade e Educação Sexual escolar e que existe uma significativa parcela de CCRs que, embora não trabalhe a temática de forma específica, tem despertado para a importância de incluir a temática, de forma menos disciplinar e mais transversal, em CCRs de natureza mista.

#### **4 Sexualidade e educação sexual nos cursos de pedagogia**

Na sequência do estudo, em busca de melhor explicitar a abordagem da Sexualidade e Educação Sexual na formação dos pedagogos/as, adentramos às especificidades dos

CCRs, nos limites de uma pesquisa baseada em PPC/PPPs e matrizes curriculares destes cursos de graduação. Partimos em busca dos elementos da natureza teórico-conceitual estruturante dos CCRs ofertados. Esta busca focalizada levou o *corpus* do estudo a um redimensionamento, passando a ser composto por (N=103) CCRs, tendo em vista a indisponibilidade das IES para informações que necessitávamos: título, ementário, bibliografia, carga-horária e modalidade da oferta, em (N=22) CCRs, os quais tiveram que ser subtraídos. Deste modo, o estudo teve continuidade, com (N=103) CCRs, relativos a (N=64) cursos de Licenciatura em Pedagogia, já identificados no cenário nacional.

Seguindo a categorização anterior, de CCRs de conteúdo específico e misto, observou-se que as subcategorias denominadas de Gênero, Educação Sexual e Currículo estão presentes em ambos os grupos de CCRs, enquanto a Categoria Formação de Professores encontra-se apenas nos CCRs de conteúdo específico.

Portanto, obteve-se que no somatório dos CCRs por categoria de conteúdo, a subcategoria Gênero teve um alto nível de prioridade (N=58/56,3%) em ambas as categorias de CCRs, seguida pela Categoria Educação Sexual (N=27/26,2%) e Currículo (N=16/15,5%). A categoria Formação de Professores apresentou-se escassa (N=2/2%), presente apenas em CCRs de conteúdo específico.

Após os CCRs estarem agrupados nas quatro categorias, para os CCRs de conteúdo específico e três categorias para os CCRs de conteúdo misto, buscamos verificar dentro de cada uma, as semelhanças e diferenças entre os CCRs, de modo a definir subcategorias, a partir da convergência dos conteúdos selecionados.

A oferta de CCRs de conteúdo específico com ênfase em Gênero corresponde a mais da metade (52,6%) dos CCRs de conteúdo específicos analisados, seguido por Educação Sexual (24,6%), Currículo (19,3%) e Formação de Professores (3,5%). Quanto ao predomínio de CCRs sobre Gênero, observou-se que este eixo comparece de forma mais expressiva, contínua e com prioridade, a partir de 2006, estando presente em quase todas as ofertas anuais e assim permanecendo até o final do período, com um importante crescimento no ano de 2018. Já os CCRs que privilegiam Educação Sexual e Currículo, tem oferta muito variável e descontínua. Ambas as categorias mostram oferta regular apenas a partir de 2017.

Se tais pontos podem ser considerados favoráveis e de fato representar certa evolução curricular em termos de inclusão da sexualidade e educação sexual escolar na formação inicial dos pedagogos, por certo, a Resolução CNE/CP nº 2/2015 (Brasil, 2015) contribuiu para este impacto; já os CCRs com foco na Formação de Professores mostram a flagrante escassez e pouca sensibilidade da área à indução pretendida pela Resolução CNE/CP nº 2/2015 (Brasil, 2015), no período analisado.

Quanto aos CCRs com foco na Educação Sexual, a segunda categoria com maior presença na formação de Pedagogos/as, priorizam a discussão sobre Práticas Pedagógicas em Educação Sexual (06 CCRs), Filosofia da Educação Sexual (05 CCRs) e Dimensões da Sexualidade (03 CCRs). Já a Categoria Currículo apresentou foco nas Subcategorias Currículo Relações de gênero e a Educação básica (03 CCRs), Preconceitos e Discriminações e suas Manifestações Curriculares (03 CCRs), Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (03 CCRs) e a responsabilidade do currículo frente às relações de gênero e raciais na escola (01 CCR).

A Categoria Formação de Professores, pouco presente na formação do/a pedagogo/a (02 CCRs), intenciona proporcionar subsídios sobre as questões atuais da Sexualidade e suas relações com a educação. Já os Os CCRs de conteúdo misto, assim como nos CCRs de conteúdo específico, mostram o predomínio CCRs, com ênfase na Categoria Gênero (60,4%), de todos os CCRs mistos ofertados, seguido por Educação Sexual (27,1%) e Currículo (12,5%), com frequências menores.

Observa-se ainda, que a Categoria Gênero figurou como prioridade a partir de 2006, assim permanecendo até o final do período, não apresentando ocorrência apenas nos anos de 2009 e 2013 e com um importante crescente no ano de 2018. As categorias Educação Sexual e Currículo mostram instabilidade ao longo do período. Uma presença contínua verifica-se apenas a partir de 2018. Os dados mostram a adesão gradativa dos cursos de Pedagogia à abordagem da Sexualidade e Educação Sexual nos espaços educacionais, evidente a forte influência das DCNCP/2006 e da Resolução CNE/CP nº 2/2015 (Brasil, 2006, 2015).

As Subcategorias que emergiram da Categoria Gênero priorizaram o estudo da Diversidade cultural e as Identidades culturais da pós-modernidade (20 CCRs), as questões que estão inscritas nos corpos dos sujeitos (04 CCRs), o debate sobre trajetória histórica dos Direitos Humanos e a elaboração de políticas de inclusão das minorias sociais (04 CCRs), ainda buscam debater e compreender as questões de gênero que emergem no espaço-tempo escola e a postura do professor diante dessas manifestações (01 CCR).

Quanto a Categoria Educação Sexual, a segunda Categoria mais presente na formação ofertada ao/a pedagogo/a, com (N=13) CCRs, priorizou a discussão sobre as dimensões da Sexualidade (06 CCRs), a Educação Sexual escolar frente as diversidades (04 CCRs) e as orientações sobre Educação Sexual presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (03 CCRs). A Categoria Currículo, com (N=6) CCRS, buscou discutir as manifestações de preconceitos e discriminações raciais, sexuais e de gênero presentes nos currículos escolares (05 CCRs) e a relação entre a Educação Sexual escolar e os Parâmetros Curriculares Nacionais (01 CCR).

Este conjunto de dados acima apresentados e analisados, mostram, nos limites de um estudo realizado a partir dos PPP/PPCs e ementários dos Cursos de Pedagogia, o modo como esta licenciatura, está promovendo, ou não, a formação dos pedagogos/as para a promoção da Educação Sexual escolar na infância, em âmbito nacional. Ênfases e lacunas foram identificadas e poderão potencializar novos estudos, a partir da escuta dos sujeitos envolvidos nos projetos formativos em movimento e da análise dos materiais didáticos utilizados.

Com respeito à sexualidade e educação sexual em ditos cursos, da análise inicial dos dois grupos de CCRs, observou-se que, quanto à modalidade de oferta e carga horária disponibilizada, os CCRs de conteúdo misto são majoritariamente ofertados na forma de CCRs obrigatórios. Por sua vez, os CCRs de conteúdo específico são em sua maioria ofertados na forma de CCRs optativos.

Quanto às categorias de CCRs identificados, observou-se que: Gênero, Educação Sexual e Currículo estão presentes em ambos os grupos de CCRs, enquanto a Categoria Formação de Professores encontra-se apenas nos CCRs de conteúdo específico, portanto, depreende-se que, para estes cursos, a formação de professores para a Educação Sexual Escolar segue sendo um conteúdo não obrigatório.

A Categoria Gênero foi priorizada (N=58/56,3%) nos dois grupos, seguida pela Categoria Educação Sexual (N=27/26,2%) e Currículo (N=16/15,5%). A categoria Formação de professores apresentou-se escassa (N=2/2%), presente apenas em CCRs de conteúdo específico.

Com relação às subcategorias obtidas a partir de compartilhamentos e singularidades em seus conteúdos e intencionalidades prioritárias, surgiram novos elementos analíticos. A Categoria Gênero, nos dois grupos de CCRs, possibilitou gerar as seguintes subcategorias: Corpo, Gênero e Sexualidade; Diversidade Cultural e Identidades Culturais na Pós-modernidade e Direitos Humanos. As subcategorias Processo de Feminização do Magistério e Gênero, Mídia e Educação estão presentes apenas nos CCRs de conteúdo específico.

A Subcategoria Dimensões da Sexualidade compõe a Categoria Educação Sexual dos dois grupos de CCRs. As Subcategorias Práticas Pedagógicas em Educação Sexual e Filosofia da Educação Sexual estão presentes apenas nos CCRs de conteúdo específico, enquanto as Subcategorias Educação Sexual e Diversidade e Educação Sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais estão presentes apenas nos CCRs de conteúdo misto.

Na Categoria Currículo, observou-se o compartilhamento da Subcategoria Educação Sexual e Parâmetros Curriculares Nacionais. Os CCRs de conteúdo específico apresentaram mais três subcategorias: Currículo, Relações de Gênero e a Educação Básica; Preconceitos e Discriminações Raciais e de Gênero nos Currículos e Currículo e Responsabilida-

de, enquanto os CCRs de conteúdo mistos apresentaram mais uma categoria denominada Currículo, Gênero, Sexualidade, Diversidade Cultural e Étnico-racial.

Percebeu-se que os conteúdos que têm estruturado a discussão proposta nas ementas dos CCRs dentro das subcategorias dos dois grupos relacionam-se ao conceito de Gênero, das questões étnico-raciais – poder, classe, raça, diferenças e preconceitos – e das diversidades que emergem nas sociedades contemporâneas e da importância da educação intercultural.

Os estudos sobre o conceito de gênero o priorizaram como uma construção que é histórica, social e cultural associado ao surgimento do movimento feminista (Tedeschi, 2013, Oliveira, 2016), o processo de feminização e as relações de gênero no magistério (Vianna, 2001/2002, Benassi *et al*, 2016).

Também foram evidenciadas as diversidades culturais emergentes na pós-modernidade e as formas dos corpos se inscreverem nas diferentes formas de ser/existir nas sociedades contemporâneas (Louro, 2004; Oliveira, 2016), bem como as relações de gênero que emergem nos contextos escolares e postura da escola e do/a professor/a diante dessas manifestações na construção de uma em que onde as diferentes linguagens manifestadas nas sociedades contemporâneas sejam valorizadas (Fleuri, 2003; Candau, 2012; Tedeschi, 2013; Lorenzi, 2017).

Ainda, houve destaque para os Direitos Humanos e as lutas dos movimentos sociais para a construção de políticas sociais de inclusão, a fim de fomentar a discussão sobre a importância da construção de uma educação intercultural, que leve em consideração a diversidade cultural existente (Fleuri, 2012; Candau, 2012). Nesse sentido, o trabalho sobre Gênero com a criança nos espaços educativos formais foi colocado como necessário, no sentido de se construir novas relações que promovam o respeito e a convivência em harmonia com as múltiplas formas de ser/existir (Oliveira, 2016).

Destacou-se, ainda, a postura do professor diante das manifestações sexuais no espaço-tempo escola e a importância do conhecimento sobre o desenvolvimento biopsicossocial da sexualidade, bem como da Educação Sexual formal e informal (Werebe, 1998; Ribeiro, 1999; Figueiró, 2006; Gagliotto, 2009, 2014; Lorenzi, 2017; Soares, 2018).

A Educação Sexual escolar destacou-se como um espaço de construção de práticas emancipatórias de respeito às diversidades que tem atravessado as práticas pedagógicas e sociais (Werebe, 1998; Nunes e Silva, 2000; Nunes, 2006).

Nunes (2006), nos faz lembrar que, assim como a Sexualidade, a Educação Sexual escolar foi sempre uma questão que se inscreveu dentro de muitas polêmicas de acordo com o seu tempo. Essa não é uma questão nova, temos em nosso país iniciativas de Educação Sexual escolar datadas do início do século XX. Nunes (2006) ainda argumenta que a sexualidade, em seu sentido mais profundo, configura-se como questão social, estrutural

e histórica e, portanto, os sujeitos, que são construídos socialmente, estão sujeitos a um enquadramento sexual que é determinado, sempre por estruturas que são criadas e recriadas socialmente.

Na Categoria Currículo, evidenciou-se que os CCRs promovem o debate sobre o combate sobre preconceitos e discriminações e suas manifestações no currículo da Educação Básica. As perspectivas de gênero nas políticas de educação no Brasil e sua relação com a construção de identidades de gêneros, sexualidades, diferenças e desigualdades nos espaços escolares, está intrinsecamente relacionado ao debate promovido pelas políticas de inclusão associado às questões étnico-raciais, de poder, classe e raça.

A Categoria Formação de Professores, apesar da flagrante escassez em relação as outras categorias, evidenciou o debate sobre a importância da formação de professores para a abordagem das diversidades que na contemporaneidade tem atravessado às práticas escolares (Figueiró, 2006; Gagliotto, 2009, 2014; Lorenzi, 2017; Soares, 2018).

Esta categoria ainda destacou a necessidade da construção de espaços que fomentem discussões e levantem questionamentos que estejam relacionados às posturas, crenças, valores, tabus e mitos que tem sua origem nos comportamentos sexuais dos/as professores/as, em relação a si próprios e seus alunos, assim como evidenciado nos estudos de Furlani (1998) e Lorenzi (2017).

Para Hampel (2013), Gomes (2016) e Souza (2018), a construção de espaços para discussão do tema da Sexualidade na formação inicial de professores a partir da oferta de CCRs, pode romper com práticas de repressão sexual historicamente recorrentes nos espaços educativos por falta de conhecimento teórico-científico dos licenciados. Este preparo docente amplia as possibilidades para promover espaços para a construção de práticas de Educação Sexual emancipatórias na escola, para que os sujeitos se constituam livres para fazer suas escolhas e fazer da sua sexualidade um elemento de emancipação humana (NUNES, 2006).

Autores como Ribeiro (1990), Guimarães, (1995), Figueiró, (2001, 2006, 2009, 2015), Nunes (2006), Gagliotto (2009, 2014) e Soares (2018) também destacam a importância da formação de professores, seja ela inicial ou continuada, para a abordagem da Sexualidade em contextos escolares. Gagliotto e (2014) Lorenzi (2017) defendem a implantação de CCRs que abordem a temática da Sexualidade nos cursos de licenciatura em geral e qualificam esta demanda como fundamental.

Quanto ao foco em orientações metodológicas, potencializadoras do fazer docente na educação básica, observou-se grande silenciamento em ambos os grupos de CCRs. Nos CCRs de conteúdo específico identificou-se foco em aspectos teórico-conceituais, no sentido de conhecer/compreender/apresentar os aspectos conceituais da área, apostando na sensibilização e tomada de consciência do licenciado sobre a importância da temática

ser trabalhada no espaço-tempo escola. Poucos foram os CCRs em que identificamos possibilidades para a discussão didático-metodológica do tema voltado aos anos iniciais da escolaridade.

Os CCRs de conteúdo misto, à semelhança do grupo anterior, também com forte foco teórico-conceitual não apresentam orientações didático-metodológicas que possibilitem aos licenciados a construção de práticas pedagógicas relevantes e inovadoras<sup>10</sup> no espaço escolar.

Vale destacar que o foco em conhecimentos teórico-conceituais, apresentada como característica prevalente nos dois grupos de CCRs, configura-se, como afirmam Figueiró (2006) e Gagliotto (2014), como imprescindível, uma vez que, é somente a partir do conhecimento teórico-científico sobre o tema da Sexualidade que os professores poderão construir espaços de Educação Sexual nos espaços educativos formais e não formais. Nesta mesma direção e ampliando para os aspectos metodológicos, segue Gagliotto (2014), afirmando que “[...] a complexidade da sexualidade exige uma formação teórico-metodológica profunda apoiada em diversas áreas das Ciências Humanas” (p. 61). Para a autora, é somente a partir do conhecimento teórico-científico sobre o tema da Sexualidade que se pode desenvolver práticas educativas inovadoras que levem em consideração as diversidades existentes nas sociedades contemporâneas, a partir de uma prática educativa que se distancie de crenças e valores e que exponha o tema sem receio, proporcionando ao educando práticas reflexivas. A autora segue afirmando que, este é um caminho promissor no sentido de levar o aluno a desenvolver sua autonomia, elegendo valores e fazendo da sexualidade um elemento de sua emancipação, construída nas relações com os sujeitos nas mais diversas instituições sociais e que assim seja aceita pela escola, família e sociedade como uma questão indissociável da condição humana.

Pimenta (2005) aponta para a necessidade de presença e equilíbrio ente os elementos teóricos e práticos na formação docente. Argumenta que o saber docente não é formado apenas de práticas, e que estas são nutridas e orientadas pelas teorias da educação. A teoria dota o sujeito de variados pontos de vista que leva a uma ação contextualizada ofertando ao licenciado uma perspectiva de análise ampla para a compreensão dos contextos históricos, sociais e culturais que permeiam as atividades educativas, principalmente aquelas relacionadas à sexualidade.

O prevalente teor teórico-científico identificado no conteúdo das ementas dos 103 CCRs analisados neste estudo, nos levou a indagar: em que medida estes CCRs estão dotando os licenciandos em Pedagogia dos saberes necessários à prática docente (Tardi-

---

<sup>10</sup> [...] inovar significa mudar as raízes, as bases. Trata-se, pois, de uma concepção revolucionária de inovação. [...] Dizer-se que algo é inovador porque se opõe ao tradicional significa aqui não apenas substituir métodos convencionais por outros. Trata-se de reformular a própria finalidade da educação, isto é, colocá-la a serviço das forças emergentes da sociedade (Saviani, 1989, p. 21).

ff, 2002) na abordagem do tema Sexualidade? A ênfase em conteúdos disciplinares e de natureza teórico-conceitual, conforme detectado, levará ao alcance dos objetivos a que se propõem estes CCRs? Estariam os cursos de Pedagogia relegando outros conhecimentos, muito anunciados pelas pesquisas como relevantes à formação e atuação docente, por exemplo, as metodologias de ensino? Em que medida estes CCRs aproximam suas propostas das especificidades do público infantil, com o qual atuarão os/as pedagogos/as, em suas particulares características, por exemplo, aproximando o estudo da Sexualidade e Educação Sexual com o desenvolvimento infantil, bem como, os modos de elaborar e promover este conteúdo no âmbito dos anos iniciais?

Portanto, o docente, cuja formação assegurada, encontrar-se-á em melhores condições para compreender as demandas e comportamentos infantis revelados no ambiente escolar, não raro, carregados de manifestações de sua sexualidade e, assim, atender as necessidades educacionais dos pequenos, através do acolhimento de tais manifestações e seu adequado enfoque, visando contribuir para o autoconhecimento e a emancipação da criança.

Outro aspecto que é importante destacar em relação aos dados identificados, é o fato de que (N=48/46,6%) dos CCRs, notadamente aqueles de conteúdo misto, mostrarem uma tendência a abordar os temas priorizados sobre Sexualidade, numa perspectiva transversal. Ou seja, observamos a pré-disposição para um diálogo inter-áreas, especialmente com: Sociologia da Educação, História, História da Educação, História Geral da Educação no Brasil, Antropologia, Ciências Sociais, Direitos Humanos, Psicologia, Psicanálise, Ciências e Ensino de Ciência. O cenário encontrado configura-se como uma prática significativa, uma vez que, como afirmam Furlani (1998), Nunes (2006) e Gagliotto (2014) a sexualidade, contém elementos da individualidade dos sujeitos, mas, também, da coletividade. Sua produção tem uma natureza histórica, social, estrutural e cultural, cabendo, portanto, discuti-la, compreendê-la, ressignificá-la e recriá-la, para além do campo biológico.

A transversalidade de temas educacionais tem sido caracterizada pelo não pertencimento destes, de modo exclusivo, a uma área do conhecimento. Portanto, dada sua natureza, complexidade e presença no cotidiano dos estudantes e suas famílias, são tomados como pertencentes às diversas áreas do conhecimento. Este parece ser o caso da abordagem especialmente dos CCRs de conteúdo misto.

Por fim, buscamos pelos referenciais teóricos utilizados pelos CCRs, de modo a identificar possíveis tendências na abordagem da Sexualidade. Observou-se que os CCRs utilizam com maior frequência referenciais teóricos que tecem investigações filosóficas contemporâneas sobre Sexualidade, Gênero e Educação. Há entre os CCRs uma tendência teórica de utilizar com maior frequência referenciais que tecem discussões sobre as sexualidades e as relações de gênero associadas às questões de igualdade étnico-racial, numa

proposta de educação intercultural que respeite as diferenças existentes na contemporaneidade e que estão imbricadas nas práticas pedagógicas formais e não formais.

Embora haja volume significativo de CCRs que sinalizam abordar os temas envolvidos na temática da Sexualidade de forma transversal, observou-se que esta transversalidade, que é amplamente defendida pela comunidade acadêmica nacional e internacional, não foi contemplada pelos referenciais teóricos básicos disponibilizados pelos CCRs.

Por fim, cabe destacar que os currículos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais brasileiras, dado o volume de CCRs ofertados, tem se atentado para a importância de acolher e transformar em conteúdo escolar, na forma de CCR, às questões relativas à Sexualidade, ao incluírem importantes momentos de estudo e reflexão sobre o tema.

Mesmo com a significativa oferta de CCRs (N=103) que abordam o tema, originários de (N=64) cursos, não podemos desconsiderar o fato de que pouco mais da metade destes são ofertados na modalidade optativa. Ou seja, em (N=34) cursos de Licenciatura em Pedagogia a formação para a abordagem da Sexualidade fica totalmente a critério do licenciando, podendo ele adicionar ou não estes CCRs em sua trajetória de formação inicial. Dada a relevância do tema para os anos iniciais, já apontando anteriormente, entendemos que uma formação inicial consistente deve ser ofertada aos licenciandos na modalidade de CCR/s obrigatório/s, de modo a iniciar sua preparação docente para os desafios que encontrarão no espaço escolar, cujo compromisso profissional demanda, também, acolher e promover, em âmbito escolar, o desenvolvimento da sexualidade infantil.

Outros dois pontos nos levam a fazer esta afirmação e relacionam-se ao fato de que (N=54) dos (N=118) cursos localizados têm preferido o silenciamento diante da importância desta demanda de formação e os (N=48) CCRs de conteúdo misto, aqueles que embora dividam a carga-horária apresentam espaços para a discussão do tema, não apresentam, majoritariamente, referências teóricas que fundamentem o debate proposto sobre Sexualidade, o que nos leva a indagar sobre a realidade da oferta destes CCRs, ou seja, em que medida esta formação de fato ocorre ou foi prevista por força das normativas legais vigentes? Segue o desafio!

## **5 Conclusão**

Buscamos analisar como os cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras concebem, orientam e, em alguma medida, promovem a formação para Educação Sexual escolar, enquanto demanda fundamental à formação humana ali realizada. Em outras palavras, procuramos identificar o modo como os cursos de Licenciatura em Pedagogia reverberam as orientações legais vigentes em seus PPP/PPC

e como estes assumem a formação do/a pedagogo/a para a abordagem da Sexualidade em âmbito escolar.

Com base no *corpus* da pesquisa, formado por (N=103) CCRs ofertados por (N=64) cursos de Licenciatura em Pedagogia, os quais abordam, de forma específica, ou não, a temática da Sexualidade foi possível construir algumas inferências e conclusões, ainda que provisórias.

Com base nos dados localizados foi possível concluir que, neste momento, as Regiões Nordeste, com (N=31/26,3%) cursos e (N=29/28,2%) CCRs, e Sudeste, com (N=34/28,8%) cursos e (N=26/25,2%) CCRs, concentram mais da metade da oferta dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e CCRs, que versam sobre o tema da Sexualidade e da Educação Sexual. No entanto, devemos destacar que as Regiões Sul, com (N=20/19,4%), Norte (N=14/13,6%) e Centro-Oeste (N=14/13,6%) também apresentaram significativa presença na oferta de CCRs no foco específico.

Do total de (N=103) CCRs localizados, (N=92/89,3%) são ofertados por cursos presenciais enquanto (N=11/10,7%) são ofertados nos cursos de Modalidade Educação a Distância (EAD). Ainda se evidenciou que (N=55/53,4%) dos CCRs configuram-se como de conteúdo específico, cujo conteúdo estruturante relaciona-se ao Sexo, Sexualidade e sua abordagem no espaço-tempo escolar de forma mais direta, para (N=48/46,6%) que se configuram como de conteúdo misto, ou seja, aqueles com abordagem transversalizada, estabelecendo interface com outras áreas do conhecimento, como história, antropologia, ciência, psicologia, ciências sociais, sociologia, entre outras.

Outra questão evidenciada foi a prevalência de CCRs optativos em relação aos CCRs obrigatórios, (N=55/53,4%) e (N=48/46,6%), respectivamente. Ficou evidente que a oferta de CCRs específicos sobre a temática da Sexualidade são quantitativamente superiores na modalidade de CCRs optativos, (N=43/78,2%) em relação aos obrigatórios (N=12/21,8%). Este cenário inverteu-se quando foram analisados os CCRs de conteúdo misto, (N=37/77%) figuraram como obrigatórios e (N=11/23%) como optativos. Portanto, a formação específica ofertada ao/a pedagogo/a configura-se, em sua maioria, com disciplinas optativas, isto é, está sujeita à escolha do licenciado quanto a cursar ou não o CCR. Enquanto a formação que acontece de forma transversal, articulada a outras áreas do conhecimento, através de CCRs mistos, tem se configurado majoritariamente como obrigatória.

Há uma aparente contradição, que explicita a necessidade de seguir investigando as especificidades destas ofertas curriculares e suas finalidades, afinal, o que essa inversão de prioridades sinaliza em termos de projeto formativo?

Quanto aos conteúdos priorizados pelos (N=103) CCRs, observou-se o predomínio da Categoria Gênero, com (N=58/56,3%) CCRs, mas com significativa participação das Categorias Educação Sexual, com (N=27/26,2%) CCRs, e Currículo, com (N=16/15,5%)

CCRs. Por outro lado, a categoria Formação de Professores (e os aspectos didático-metodológicos) para a abordagem da Sexualidade em âmbito escolar mostrou fraca presença na formação dos licenciados em Pedagogia, com (N=2/2%).

No que se refere à identificação das subcategorias conforme conteúdos priorizados pelos cursos, os resultados apontam o predomínio de CCRs com foco na Diversidade Cultural e Identidades Culturais na pós-modernidade, conceito de Gênero e o processo de feminização do magistério, Dimensões da Sexualidade, Corpo, Educação Sexual e os PCNs, Práticas Pedagógicas em Educação Sexual.

A partir promulgação de legislações específicas que normatizam os cursos de licenciatura e orientam a inclusão temática da Sexualidade como uma demanda fundamental na formação inicial de professores, os cursos de Licenciatura em Pedagogia se mobilizaram para atender a estas orientações inserindo CCRs com foco na temática em seus currículos. Evidenciou-se que, após a promulgação das DCNCP/2006, a oferta de CCRs apresentaram certa linearidade de inserção e crescente significativa após 2015, com promulgação da Resolução CNE/CP nº 2/2015, principalmente no ano de 2018. Contudo, concluímos que as legislações que orientam e organizam os currículos dos cursos de licenciatura, em especial o de Pedagogia, são fundamentais, uma vez que, durante a análise dos dados ficou evidente a importância dos dispositivos legais para que os cursos incluíssem o tema, seja na forma de CCRs de conteúdo específico ou misto, obrigatório ou optativo, em seus currículos, durante os anos analisados.

Concluímos que os Cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Federais Brasileiras, a partir das DCNCP/2006 e da Resolução CNE/CP nº 2/2015, vêm apresentando significativos avanços na inclusão da temática da Sexualidade e da Educação Sexual na formação inicial dos licenciados, o que também justifica a crescente oferta de CCRs no recorte temático. Ou seja, o estudo deixa à mostra que, apesar dos avanços apontados, há muitos desafios ainda a serem enfrentados pelos cursos de Licenciatura em Pedagogia, afinal, não é mais possível adiar a formação de educadores sexuais (Figueiró, 2020).

## REFERÊNCIAS

- BENASSI, Cassiane Beatrís Pasuck; UBINSKI, Juliana Alves da Silva; MALACARNE, Vilmar. A inserção da mulher no mercado de trabalho e o seu predomínio no magistério. **Revista Contrapontos** - Eletrônica, Itajaí, v. 16, n. 2, mai-ago, 2016.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm). Acesso em: 09 jul. 2019.
- BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. [S. l.]: MEC/CNE, 2006.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015**. Brasília: MEC, 2015.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. Resolução **CNE/CP nº2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília: MEC, 2019.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.- mar. 2012.
- COSTA, Zuleika Leonora Schmidt. **Educação e Orientação sexual na educação básica: gênero e sexualidade na produção acadêmico-científica brasileira no período de 2006 a 2015**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2017.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 2. ed. Londrina: UEL, 2001.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. 2. ed. Londrina: Eduel, 2006.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Sexualidade e afetividade: implicações no processo de formação do educando. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina: Eduel, 2009.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual no dia a dia**. 2. ed. Londrina: Eduel, 2020.
- FERREIRA, Taisa de Sousa. **Entre o real e o imaginário: problematizando o currículo do curso em Pedagogia em relação a gênero e sexualidade**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santa, 2013.

- FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, maio-jun-jul-ago 2003.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FURLANI, Jimena. **Mitos e Tabus da Sexualidade Humana: Subsídios ao trabalho em Educação Sexual**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **A educação sexual na escola e a pedagogia da infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidade e perspectivas emancipatórias**. 2009. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias**. São Paulo - Jundiá: Pocco Editorial, 2014.
- GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto Editora: Portugal, 1999.
- GOMES, Andréia Regina de Carvalho. **A dialética da sexualidade e da educação sexual na formação de docentes**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2016.
- GONINI, Fatima Aparecida Coelho. **A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPED: estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.
- GUIMARÃES, Isaura. **Educação Sexual na escola: mito e realidade**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- GUSMÃO, Samuel Brito de. et al. Educação para as sexualidades: apontamentos a partir da perspectiva histórico-cultural de Vigotski. **Revista Com Censo**, v. 6, n. 3, p.83-93, 2019.
- HAMPEL, Alissandra. **A gente não pensava nisso... Educação para a Sexualidade, Gênero e Formação Docente na Região da Campanha/RS**. 2013. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jaguarão, 2013.
- JUNIOR, Joelio Dias Perdomo. **A temática sexualidade como geradora de uma proposta interdisciplinar: contribuições para a formação de professores da rede pública**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- KUENZER, Acacia Zenaide. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrance. **Educação e Sociedade**, ano XX, n. 68, p. 163-183, dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a09v2068.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.
- Leão, A.M.C. **Estudo analítico-descritivo do curso de pedagogia da UNESP-Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos**.

2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.
- LORENZI, Franciele. **A educação sexual na formação do/a pedagogo/a no Estado do Paraná**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MALAGI, Aline. **A formação do/a Pedagogo/a para a Educação Sexual escolar**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa e Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- MOKWA, Valéria Marta Nonato Fernandes. **Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.
- NUNES, César Aparecido; SILVA, Edna. Sexualidade e educação: elementos teóricos e marcos historiográficos da educação sexual no Brasil. In: LOMBARDI, J.C.(Org.). **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Autores Associados, 1999.
- NUNES. César Aparecido. Silva, Edna (Org.). **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. [S. l.]: Papiros, 2006.
- PETRENAS, Rita de Cássia. **O estado da arte sobre as temáticas sexualidade, educação sexual e gênero nos encontros nacionais de didáticas e prática de ensino – ENDIPE (1996-2012)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2015.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: Editora P.U., 1990b.
- RIBEIRO, Marcos. Metodologia do trabalho com crianças. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). **O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais da saúde**. São Paulo: Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999a.
- SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

- SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo. **As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação Básica**. 2016. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016a.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.
- SILVA, R. C. P. **Pesquisas sobre formação de professores/educadores para abordagem da educação sexual na escola**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004b.
- SOARES, Alexandre Gomes. **A inserção de disciplinas de gênero em cursos de Pedagogia de Faculdades de Educação: caminhos e desafios em três universidade federais de Minas Gerais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2018.
- SOUZA, Bruno Barbosa de. **Os discursos de gênero e sexualidade na formação de professoras/es**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- TEDESCHI. Losandro Antonio. Gênero e interculturalidade: aproximações. In: TEDESCHI. Losandro Antonio (org.). **Leituras de gênero e interculturalidade**. Dourados: UFGD, 2013.
- VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência**. Cadernos Pagu, pp.81-103, 2001/02.
- WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, política e educação**. Autores Associados, 1998.

---

Recebido em abril/2023 | Aprovado em novembro/2023

#### MINIBIOGRAFIA

##### **Iône Inês Pinsson Slongo**

Doutora em Educação pelas UFSC (2004). Professora Associada da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFFS. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Científica, Matemática e Tecnologias. E-mail: [ione.slongo@uffs.edu.br](mailto:ione.slongo@uffs.edu.br)

##### **Aline Malagi**

Mestra em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) (2021). Professora da Rede Municipal de Ensino de Francisco Beltrão, Pr. Tem experiência na área de Educação e Formação de Professores, com ênfase na Educação Étnico-Racial; Sexualidade; Educação Sexual; Gênero. E-mail: [alinemalagi@gmail.com](mailto:alinemalagi@gmail.com)